



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

#### A AGROECOLOGIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL:

#### CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS

Gabriela Donaton

- ( X ) Resumo expandido
- ( ) Projeto de pesquisa
- ( ) Relato de experiência

#### EIXO TEMÁTICO

- ( ) Dinâmica Ambiental e Planejamento
- (X) Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo
- ( ) Ensino de Geografia, Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas

#### 1) INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

O presente trabalho é resultado das reflexões realizadas a partir de estudos realizados durante o curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Três Lagoas (CPTL), na disciplina de Território, questão agrária e políticas públicas no Brasil e tem por objetivo discutir acerca questão agrária brasileira contemporânea e as experiências agroecológicas no estado do Mato Grosso do Sul.

Compreender o desenvolvimento da agroecologia num dos Estados da federação que representa o símbolo do agronegócio no Brasil é trazer à tona as discussões sobre as contradições da questão agrária brasileira. Desta maneira, é no território que se reverbera as desigualdades dos ritmos desenvolvimento histórico, principalmente nas relações econômicas e sociais. Em termos estatísticos, o Estado do Mato Grosso do Sul representa atualmente (2022) o segundo maior produtor de soja do país e um dos maiores complexos de celulose do Brasil.

Neste trabalho propomos o debate a respeito da emergência da agroecologia como forma de resistência dos camponeses no Estado do Mato Grosso do Sul, analisando a origem da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) e as diversas experiências agroecológicas no Estado. Assim, este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, propomos a discussão sobre a resistência dos camponeses e a emergência do conceito de agroecologia e o debate a respeito das diversas experiências agroecológicas que se desenvolvem no estado e as considerações parciais, mas não finais.



## III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

*“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”*

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

### 2) METODOLOGIA

Ao considerar os objetivos delineados para a elaboração do trabalho, adotou-se um caminho que auxiliasse na obtenção de dados e de informações, considerando tanto as fontes secundárias como primárias.

Foi realizado o levantamento bibliográfico e a seleção de leituras que propiciem o aprofundamento teórico-metodológico sobre a resistência e luta camponesa, o debate em torno do conceito de agroecologia e as experiências agroecológicas desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Com o objetivo compreender o desenvolvimento da agroecologia e as diversas experiências no Estado do Mato Grosso do Sul, coletou-se junto a publicação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dados sobre: o número de estabelecimentos agropecuários que fazem uso da agricultura orgânica bem como aqueles que atuam na agricultura familiar (Censos Agropecuários de 2006 e 2017). Já no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos identificamos o número de produtores certificados, os municípios em que se encontram, os produtos produzidos e quais empresas estão vinculados. Foi realizado o levantamento dos Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - Iniciativas Municipais de Apoio à Agricultura Familiar e à Agroecologia e de Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA - 2021) no qual identificamos 19 experiências agroecológicas em 14 municípios.

### 3) REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendemos que o Brasil convive basicamente com dois modelos de produção no campo: o agronegócio e o campesinato, sendo essas duas categorias importantes para a discussão neste trabalho.

O Agronegócio é a categoria subordinada ao setor de commodities agrícolas entre outros produtos, sendo associado aos grandes empresários e/ou proprietários de terras, atendendo aos interesses do grande capital e das corporações internacionais. A expansão do agronegócio no Brasil, foi baseado nos pacotes da Revolução Verde com a disseminação de técnicas com potencial risco a degradação ambiental, com perda da biodiversidade levando o conhecimento tradicional a ser visto como atrasado e improdutivo.

Nota-se dessa maneira que o desenvolvimento capitalista da agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, que tem como elemento importante a geração de superávits para pagar a dívida externa (OLIVEIRA, 1999). Combinado a este processo, temos a atuação da bancada ruralista e suas pressões exercidas que culminaram em pautas como o aumento do crédito rural para essa categoria, regularização fundiária e o controle dos processos de reforma agrária e demarcação de terras indígenas (NARDOQUE, 2017).

Já a resistência camponesa pode ser atribuída por diversas perspectivas. Na concepção de Fernandes (2001) o campesinato e sua recriação acontece nas diversas lutas políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais. Para Martins (1981) e Oliveira (1999) o camponês existe de modo contraditório ao



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

*“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”*

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

sistema capitalista, sendo parte integrante de um mesmo processo, à medida que, em alguns lugares os camponeses são destituídos de seus meios de produção, em outros ele cria as condições para a sua reprodução. Para Penteado; Nardoque (2021, p.74) “os processos de criação e recriação camponesa se tornam importantes porque tratam, ao mesmo tempo, da existência, reexistência e reprodução do campesinato).

Diante dos autores apresentados notamos que os movimentos socioterritoriais mantêm vivas ações territorializadas para o fortalecimento da agricultura camponesa, com pautas em relação luta pelo acesso à terra, uma reforma agrária socialmente justa, a garantia da soberania alimentar e a produção de alimentos mais saudáveis, sendo esses fatores resultado direto dos impactos da expansão do agronegócio, sustentado na racionalidade econômica que considera a natureza um objeto para fins produtivos baseado na lógica do padrão convencional de uso de agrotóxicos e da produção em larga escala.

Contraditoriamente, as práticas tradicionais camponesas se revelam na diversificação produtiva, na utilização de mão de obra familiar, no consorciamento das culturas, na integração entre dos agroecossistemas buscando a simbiose de elementos naturais que culmina na maior resistência a pragas e doenças, se opondo ao padrão da monocultura de exportação, que busca a maximização da produtividade. Os conhecimentos passados de uma geração para outra potencializa os recursos locais, desenvolvendo um modo de se trabalhar na terra que conceba a natureza como um meio a ser respeitado e não como apenas um recurso a ser explorado. Este jeito de fazer agricultura garante ainda ao campesinato a autonomia e domínio sobre as sementes “mais heterogêneas geneticamente que as variedades modernas” (ALTIERI. 2012, p. 95).

Compreendemos assim, que o debate em torno do conceito de agroecologia ganhou visibilidade nas últimas décadas por abarcar o manejo tradicional e o funcionamento dos ecossistemas naturais, como também por ser uma resposta aos anseios de uma sociedade que busca solução para as situações de exploração do trabalhador e da natureza. Assim, não devemos confundir a agroecologia com a oferta de produtos limpos que atendem a nichos de mercados específicos, nem mesmo com as agriculturas ecológicas que são associadas às diversas escolas que possuem como preocupação apenas com a incorporação de técnicas para substituir a utilização de agroquímicos.

Como abordagem científica, a agroecologia entende a agricultura não somente do ponto de vista produtivo, mas também os aspectos socioculturais, políticos, econômicos e ecológicos diante da produção de alimentos como também uma estratégia de desenvolvimento rural. Essa base produtiva tem sido o espaço de luta dos camponeses no Brasil que valoriza o agroecossistema local como também é uma oportunidade para os movimentos sociais buscarem mudanças no sistema agroalimentar e como alternativa política mobilizadora para avançar no desenvolvimento rural

Consideramos assim, “a agroecologia um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida” (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p.26), sendo necessárias mudanças tanto na base produtiva quanto na base social do uso da terra, dos recursos naturais e da apropriação da natureza.

São diversas experiências agroecológicas que demonstram o fortalecimento dessa prática nos estados brasileiros e aqui destacaremos o estado do Mato Grosso do Sul no próximo item.

#### 4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espaço rural no Estado do Mato Grosso do Sul é composto por duas dinâmicas distintas. A primeira baseada no modelo agrícola e agrário fundamentada no alto grau de modernização agrícola com a utilização de insumos químicos e mecanização agrícola, como também pela alta concentração fundiária. De acordo com a rede DataLuta (2019) o Estado do Mato Grosso do Sul possui 102.605 imóveis rurais, sendo 9.519 acima de 1000 hectares, concentrando cerca de 69,9% de toda a área, (apud LEONARDO et. al., p.182, 2021).

Numa segunda dinâmica, o Estado possui tanto agricultores familiares como assentados da reforma agrária. Atualmente são 27.764 famílias assentadas, perfazendo 716.212,19 hectares. Totalizam-se 204 assentamentos distribuídos por todo o território do Mato Grosso do Sul, em municípios que compõem as quatro mesorregiões que o constituem, (INCRA, 2017).

O Censo Agropecuário 2017, divulgado pelo IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística), aponta que 60,7% dos estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso do Sul atuam na agricultura familiar. Em relação à área destes estabelecimentos, 69,2% deles têm área menor que 100 hectares, representando pouca extensão territorial, correspondendo a apenas 3,1% da área total. No desenvolvimento da agricultura orgânica o Estado possui cerca de 1.317 estabelecimentos que fazem uso da agricultura e/ou pecuária orgânica.

Em relação aos dados estatísticos a respeito da agricultura orgânica e a agroecologia, foi somente no Censo Agropecuário de 2006 que tivemos o primeiro panorama a respeito dessa prática produtiva. Assim, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil possuía 90.498 estabelecimentos agropecuários que faziam uso da agricultura orgânica. Destes, 5.106 (5,6%) eram certificados por entidades credenciadas e 85.392 (94,4%) não eram certificados, revelando que o sistema de certificação não é difundido no Brasil em virtude dos altos custos. No levantamento a respeito da agricultura familiar, 74.805 (82,6%) do total de estabelecimentos que faziam uso da agricultura orgânica, são considerados familiares por se enquadrarem na Lei 11.326/2006. No estado do Mato Grosso do Sul tínhamos 753 estabelecimentos que faziam o uso da agricultura orgânica.

Já no Censo Agropecuário de 2017, temos uma mudança metodológica em relação à pesquisa da agricultura orgânica. Se no Censo de 2006 perguntava-se a respeito da prática produtiva, se o agricultor fazia o uso ou não da agricultura orgânica e posteriormente se este era certificado ou não, ou seja,



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

*“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”*

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

duas perguntas extremamente importantes, no Censo de 2017 o levantamento ocorreu apenas para aqueles são certificados, se perdendo dessa maneira o universo pesquisado, dificultando a comparação. Assim, no Censo Agropecuário de 2017 temos no total 60.690 estabelecimentos que fazem uso da agricultura e/ou pecuária orgânica certificados e 311 estabelecimentos no estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), atualmente (2022) o Estado possui 30 produtores certificados distribuídos em diversos municípios como Batayporã, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Itaquiraí, Jaraguari, Mudo Novo, Nova Andradina, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Tacuru e Terenos. Destes produtores orgânicos certificados, temos 8 produtores diversificados, sendo 5 deles certificados pela Rede APOMS, 6 criadores de bovinos de corte, 3 ligados na atividade de carne congelada de bovino com osso, carne congelada de bovino sem osso, carne resfriada de bovino com osso, carne resfriada de bovino sem osso, 7 produtores de mandioca, 2 produtores de mel, 1 produtor de olerícola, 1 produtor de hambúrguer, 1 produtor de fécula de mandioca e amido e 1 produtor de soja.

Nota-se que diante do crescimento do consumo de alimentos orgânicos e a crescente exigência para os camponeses se adequar ao processo de certificação, a lógica de dominação do capitalismo tem se apropriado desses espaços tendo em vista que a criação de gado de corte está intimamente ligada a indústrias como a Boibras Indústria e Comércio de Carnes e Sub Produtos Ltda, Naturafrig Alimentos Ltda, Frizelo Frigoríficos Ltda, Agropecuária Jacarezinho Ltda e Guarânia Alimentos Ltda Epp, o que nos permite afirmar que esse modelo se tornou um novo padrão de acumulação capitalista que encontrou um novo nicho de mercado, evidenciado por Harvey (2004) que para a garantia de continuidade do modo capitalista de produção, é necessário que se criem novos espaços para que seja possível sua acumulação e rendimentos (lucro), caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entraria em declínio.

Por isso é urgente e necessário repensar a produção de alimentos do ponto de vista agroecológico, pois esta nos permite refletir sobre diversas questões como o modo de vida, a questão política, social, econômica e cultural. Como citado por Almeida (2003) o bem estar camponês deve se contrapor a lógica capitalista de produção e consumo

Diante dos dados apresentados, o Estado Mato Grosso do Sul possui uma história recente na produção e comercialização de produtos com bases agroecológicas. Foi somente no período compreendido entre 1999 a 2002 que o governo do estado realizou um diagnóstico para a realização de diversas ações de cunho agroecológico, surgindo assim diversas associações de agricultores orgânicos, incluindo a Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), com o objetivo de fortalecer a produção de base agroecológica no Estado (DOS SANTOS AQUINO, et. al, 2020).

A APOMS foi criada no ano 2000, no município de Glória de Dourados, com cerca de 12 produtores rurais de café. Posteriormente os produtores rurais



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

*“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”*

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

passaram a discutir o processo de certificação e entraram em contato com o Instituto Biodinâmico (IBD), para realizar a certificação das propriedades. A partir de 2004, diante dos avanços realizados, os produtores rurais decidiram implementar uma certificação participativa, o que permitiria a outros produtores rurais ingressar na associação em forma de Rede, não havendo assim (...) “a imposição, os produtores poderiam decidir o que plantar, atendendo às especificidades/ realidade de cada cidade ou núcleo, ou seja, cada grupo poderia tomar suas decisões” (LIJERÓN, 2006, p.89).

Atualmente a associação estrutura-se em núcleos regionais formando uma rede de produtores agroecológicos, com dezenove grupos produtivos, abrangendo agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, uma comunidade indígena e uma comunidade quilombola, sendo aproximadamente 222 famílias atendidas por ações do projeto (APOMS, 2015 apud DOS SANTOS AQUINO, et al. 2020).

A Cooperativa de Produção e Comercialização da Rede dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (COOPERAPOMS) possui ao todo 131 membros cooperados, mas somente 15 possui a certificação de produtor orgânico, pois segundo Guimaraes; Barbosa (2022) “a APOMS possui uma limitação restrita de recursos para poder acompanhá-los e garantir a qualidade dos produtos. Neste acompanhamento uma das grandes dificuldades das/os produtoras/es é o uso excessivo de agrotóxicos pelos vizinhos utilizadores de venenos”.

Como já destacado anteriormente, a agroecologia enquanto sistema de produção é desenvolvida a partir das potencialidades locais dos agroecossistemas, de forma que ocorra uma associação entre o homem e natureza. Assim, ao consultarmos o levantamento dos Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - Iniciativas Municipais de Apoio à Agricultura Familiar e à Agroecologia e de Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no ano (2021), foram levantadas mais de 700 experiências municipais no território brasileiro de apoio direta ou indiretamente a agroecologia. Somente no Estado do Mato Grosso do Sul foram levantadas 19 experiências agroecológicas em 14 municípios.

As experiência agroecológicas tem como temas o apoio a grupos e coletivos de mulheres, compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar, incentivo à agricultura urbana e periurbana, compostagem de resíduos orgânicos, apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização, defesa dos direitos das mulheres e enfrentamento à violência, regulamentação/restrrição ao uso de agrotóxicos, educação do Campo/contextualizada e educação em agroecologia, resgate, conservação e uso de sementes crioulas / apoio a Bancos de Sementes Comunitários e viveiros florestais, construção do conhecimento Agroecológico, conservação das águas e recuperação de mananciais, fomento à produção e abastecimento alimentar.

Diante dos dados apresentados, entendemos que alguns desafios são colocados diante da proposta agroecológica e está necessita ser difundida em outros campos e setores, superando o discurso contestador do modelo de



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”  
09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

agricultura dominante, permitindo não somente o debate no campo científico, mas que promova a difusão de práticas sustentáveis através das experiências vividas pelos camponeses, possibilitando mudanças de ordem política, econômica, social e cultural.

#### 5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. 2003. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, Brasil.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera, n. 16, p. 22-32, 2012.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **Estabelecimentos agropecuários que fazem uso da agricultura orgânica**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/777>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. **Estabelecimentos agropecuários que fazem uso da agricultura orgânica**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6853>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DOS SANTOS AQUINO, Márcio; RUIZ, Alexandra Souza; PADOVAN, Milton Parron. **PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**. DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA, v. 4, n. 5, p. 99-122, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). Brasília-DF, 2018. Disponível em: <<https://sigef.incr.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

LEONARDO, L. A.; LUIZ, L. F.; MELO, D. S.; NARDOQUE, S. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul e a manutenção do latifúndio: uma análise sobre ocupações, reforma agrária e estrutura fundiária**. Revista Campo-Território, [S. l.], v. 16, n. 42 Out., p. 168–194, 2021. DOI: 10.14393/RCT164207. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63711>. Acesso em: 29 jun. 2022.

LONDRES, Flávia et al. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de**



### III ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“A geografia presencial em retomada: diálogos e debates”

09 a 13 de agosto de 2022 – Três Lagoas/MS

**promoção da segurança alimentar e nutricional.** Ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia–ANA, 2020.

**MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária).** Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999.

PENTEADO, Kleber Rodrigo; NARDOQUE, Sedeval. **A QUESTÃO AGRÁRIA, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NO BRASIL.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 69-86, 2021.